

***ESTUDO DE
VIABILIDADE
ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA
DO PLANO DE
CUSTEIO
(Exercício/2023)***

APIACÁS-MT

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUÍDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO) DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2023.....	3
2. PLANO DE CUSTEIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2023.....	5
2.1 - Custo Normal.....	5
2.2 - Plano de Amortização (Aporte Financeiro)	7
3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS CINCO ANOS E O ANO CORRENTE.....	10
3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos cinco anos e o Ano Corrente - Poder Executivo	13
3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos cinco anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo	18
4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	21
4.1 - Receita Corrente Líquida - RCL	22
4.2 - Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo	22
4.3 - Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo	22
5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS	23
5.1 Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas	23
6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUÍDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL), AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS.....	26
6.1 - Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos	29
7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF	32
7.1 - Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo	32
7.2 - Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo	33
7.3 - Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 anos	34

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUÍDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO) DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2023.

A Reavaliação Atuarial do exercício 2023, data focal em 31/12/2022 do PREVIAP, demonstrou um Déficit Atuarial do Plano de Custeio de Equilíbrio de (-R\$ 30.836.757,90) considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 55, I da Portaria MTP 1.467/2022, estabelece que, caso a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício, apurar deficit atuarial deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento. Conforme o artigo 38º, § 2º, Anexo VI, o plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 43º, Anexo VI.

O artigo 53 da Portaria MTP 1.467/2022 estabelece que o Plano de Custeio proposto na Avaliação Atuarial deverá observar sua viabilidade orçamentária, financeira e fiscal, inclusive dos impactos dos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 48 - *O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:*

II - ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal nos termos do art. 64;

Art. 64 - *Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.*

§ 1º - *Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.*

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária e Financeira do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial) da Avaliação Atuarial do exercício 2023, data focal em 31/12/2022 e seu impacto sobre os Limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

2. PLANO DE CUSTEIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2023

2.1 - Custo Normal

Conforme os resultados apresentados na Reavaliação Atuarial do exercício 2023, data focal em 31/12/2022 o Plano de Custeio terá o Custo Normal do Ente Federativo mantido em 17,60%.

Nesse caso, o Custo Normal não irá impactar os Limites de Gastos de Pessoal.

Devido a manutenção do Custo Normal Vigente do Ente Federativo, na Reavaliação Atuarial/2023 (Equilíbrio), essa manutenção não irá gerar elevação nos gastos da Despesa Total de Pessoal do Ente.

<u>Custo Normal Vigente</u>				<u>Custo Normal de Equilíbrio</u>		<u>Manutenção do Custo Normal</u>	
Nº	ANO	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)
0							
1	2023	1.401.078,35	17,60%	1.401.078,35	17,60%	-	0,00%
2	2024	1.415.089,14	17,60%	1.415.089,14	17,60%	-	0,00%
3	2025	1.429.240,03	17,60%	1.429.240,03	17,60%	-	0,00%
4	2026	1.443.532,43	17,60%	1.443.532,43	17,60%	-	0,00%
5	2027	1.457.967,75	17,60%	1.457.967,75	17,60%	-	0,00%
6	2028	1.472.547,43	17,60%	1.472.547,43	17,60%	-	0,00%
7	2029	1.487.272,90	17,60%	1.487.272,90	17,60%	-	0,00%
8	2030	1.502.145,63	17,60%	1.502.145,63	17,60%	-	0,00%
9	2031	1.517.167,09	17,60%	1.517.167,09	17,60%	-	0,00%
10	2032	1.532.338,76	17,60%	1.532.338,76	17,60%	-	0,00%
11	2033	1.547.662,15	17,60%	1.547.662,15	17,60%	-	0,00%
12	2034	1.563.138,77	17,60%	1.563.138,77	17,60%	-	0,00%
13	2035	1.578.770,16	17,60%	1.578.770,16	17,60%	-	0,00%
14	2036	1.594.557,86	17,60%	1.594.557,86	17,60%	-	0,00%
15	2037	1.610.503,44	17,60%	1.610.503,44	17,60%	-	0,00%
16	2038	1.626.608,47	17,60%	1.626.608,47	17,60%	-	0,00%
17	2039	1.642.874,56	17,60%	1.642.874,56	17,60%	-	0,00%
18	2040	1.659.303,30	17,60%	1.659.303,30	17,60%	-	0,00%
19	2041	1.675.896,34	17,60%	1.675.896,34	17,60%	-	0,00%
20	2042	1.692.655,30	17,60%	1.692.655,30	17,60%	-	0,00%
21	2043	1.709.581,85	17,60%	1.709.581,85	17,60%	-	0,00%
22	2044	1.726.677,67	17,60%	1.726.677,67	17,60%	-	0,00%
23	2045	1.743.944,45	17,60%	1.743.944,45	17,60%	-	0,00%
24	2046	1.761.383,89	17,60%	1.761.383,89	17,60%	-	0,00%
25	2047	1.778.997,73	17,60%	1.778.997,73	17,60%	-	0,00%
26	2048	1.796.787,71	17,60%	1.796.787,71	17,60%	-	0,00%
27	2049	1.814.755,58	17,60%	1.814.755,58	17,60%	-	0,00%
28	2050	1.832.903,14	17,60%	1.832.903,14	17,60%	-	0,00%
29	2051	1.851.232,17	17,60%	1.851.232,17	17,60%	-	0,00%
30	2052	1.869.744,49	17,60%	1.869.744,49	17,60%	-	0,00%
31	2053	1.888.441,94	17,60%	1.888.441,94	17,60%	-	0,00%
32	2054	1.907.326,36	17,60%	1.907.326,36	17,60%	-	0,00%
33	2055	1.926.399,62	17,60%	1.926.399,62	17,60%	-	0,00%
34	2056	-	17,60%	-	17,60%	-	0,00%
35	2057	-	17,60%	-	17,60%	-	0,00%

*Custo Normal

2.2 - Plano de Amortização (Custo Suplementar)

Devido as alterações de premissas e hipóteses na Reavaliação Atuarial do exercício 2023, data focal em 31/12/2022, tivemos oscilação do Resultado Atuarial, sendo necessário a alteração do Plano de Amortização Vigente para um Plano de Amortização de Equilíbrio, financiado através de Custo Suplementar.

Para financiamento do novo Déficit Atuarial (Plano de Equilíbrio), a página 58 da Reavaliação Atuarial/2023, propôs o seguinte plano de amortização:

Plano de Amortização do Déficit Atuarial de Equilíbrio/2023

Nº	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	APOORTE FINANCEIRO (1)	C.S. (2)	FOLHA SALARIAL
0		(30.836.757,90)					
1	2023	(31.608.993,19)	(772.235,29)	1.544.921,57	772.686,29	9,71%	7.960.672,46
2	2024	(32.066.964,66)	(457.971,47)	1.583.610,56	1.125.639,09	14,00%	8.040.279,18
3	2025	(32.050.899,11)	16.065,55	1.606.554,93	1.622.620,48	19,98%	8.120.681,98
4	2026	(32.001.404,50)	49.494,61	1.605.750,05	1.655.244,66	20,18%	8.201.888,80
5	2027	(31.916.150,09)	85.254,40	1.603.270,37	1.688.524,77	20,38%	8.283.907,68
6	2028	(31.792.675,21)	123.474,89	1.598.999,12	1.722.474,01	20,59%	8.366.746,76
7	2029	(31.628.382,41)	164.292,80	1.592.813,03	1.757.105,83	20,79%	8.450.414,23
8	2030	(31.420.530,42)	207.851,99	1.584.581,96	1.792.433,95	21,00%	8.534.918,37
9	2031	(31.166.226,62)	254.303,80	1.574.168,57	1.828.472,37	21,21%	8.620.267,55
10	2032	(30.862.419,20)	303.807,42	1.561.427,95	1.865.235,38	21,42%	8.706.470,23
11	2033	(30.505.888,87)	356.530,33	1.546.207,20	1.902.737,53	21,64%	8.793.534,93
12	2034	(30.093.240,20)	412.648,67	1.528.345,03	1.940.993,70	21,85%	8.881.470,28
13	2035	(29.620.892,49)	472.347,71	1.507.671,33	1.980.019,05	22,07%	8.970.284,98
14	2036	(29.085.070,17)	535.822,32	1.484.006,71	2.019.829,03	22,29%	9.059.987,83
15	2037	(28.481.792,76)	603.277,41	1.457.162,02	2.060.439,42	22,52%	9.150.587,71
16	2038	(27.806.864,25)	674.928,51	1.426.937,82	2.101.866,33	22,74%	9.242.093,59
17	2039	(27.055.862,00)	751.002,25	1.393.123,90	2.144.126,15	22,97%	9.334.514,53
18	2040	(26.224.125,04)	831.736,96	1.355.498,69	2.187.235,65	23,20%	9.427.859,67
19	2041	(25.306.741,80)	917.383,23	1.313.828,66	2.231.211,90	23,43%	9.522.138,27
20	2042	(24.298.537,24)	1.008.204,56	1.267.867,76	2.276.072,33	23,67%	9.617.359,65
21	2043	(23.194.059,24)	1.104.478,00	1.217.356,72	2.321.834,71	23,90%	9.713.533,25
22	2044	(21.987.564,41)	1.206.494,83	1.162.022,37	2.368.517,19	24,14%	9.810.668,58
23	2045	(20.673.003,13)	1.314.561,29	1.101.576,98	2.416.138,26	24,38%	9.908.775,27
24	2046	(19.244.003,78)	1.428.999,34	1.035.717,46	2.464.716,80	24,63%	10.007.863,02
25	2047	(17.693.856,33)	1.550.147,45	964.124,59	2.514.272,04	24,87%	10.107.941,65
26	2048	(16.015.494,89)	1.678.361,44	886.462,20	2.564.823,64	25,12%	10.209.021,06
27	2049	(14.201.479,57)	1.814.015,33	802.376,29	2.616.391,62	25,37%	10.311.111,28
28	2050	(12.243.977,28)	1.957.502,29	711.494,13	2.668.996,42	25,63%	10.414.222,39
29	2051	(10.134.741,66)	2.109.235,62	613.423,26	2.722.658,88	25,88%	10.518.364,61
30	2052	(7.865.091,94)	2.269.649,72	507.750,56	2.777.400,27	26,14%	10.623.548,26
31	2053	(5.425.890,76)	2.439.201,18	394.041,11	2.833.242,29	26,41%	10.729.783,74
32	2054	(2.807.520,83)	2.618.369,93	271.837,13	2.890.207,06	26,67%	10.837.081,58
33	2055	139,53	2.807.660,36	140.656,79	2.948.317,15	26,94%	10.945.452,39
34	2056	-	-	-	-	0,00%	-
35	2057	-	-	-	-	0,00%	-

* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2023, data focal 31/12/2022 - PREVIAP

Comparando o Plano de Amortização Vigente, com o Plano de Amortização de Equilíbrio proposto na Reavaliação Atuarial/2023, essa alteração irá elevar o valor das Prestações do Ente para financiamento do Déficit Atuarial da seguinte forma:

<u>Plano de Amortização Vigente</u>				<u>Plano de Amortização de Equilíbrio</u>		<u>Elevação do Plano de Amortização</u>	
Nº	ANO	PRESTAÇÃO ANUAL	Custo Suplementar	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. (2)	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. (2)
0							
1	2023	772.686,29	9,71%	772.686,29	9,71%	-	0,00%
2	2024	1.165.588,35	14,50%	1.125.639,09	14,00%	(39.949,27)	-0,50%
3	2025	1.188.061,82	14,63%	1.622.620,48	19,98%	434.558,66	0,00%
4	2026	1.210.968,58	14,76%	1.655.244,66	20,18%	444.276,07	5,42%
5	2027	1.234.317,01	14,90%	1.688.524,77	20,38%	454.207,76	5,48%
6	2028	1.258.115,62	15,04%	1.722.474,01	20,59%	464.358,39	5,55%
7	2029	1.282.373,08	15,18%	1.757.105,83	20,79%	474.732,74	5,62%
8	2030	1.307.098,25	15,31%	1.792.433,95	21,00%	485.335,70	5,69%
9	2031	1.332.300,13	15,46%	1.828.472,37	21,21%	496.172,24	5,76%
10	2032	1.357.987,93	15,60%	1.865.235,38	21,42%	507.247,44	5,83%
11	2033	1.384.171,01	15,74%	1.902.737,53	21,64%	518.566,52	5,90%
12	2034	1.410.858,92	15,89%	1.940.993,70	21,85%	530.134,79	5,97%
13	2035	1.438.061,39	16,03%	1.980.019,05	22,07%	541.957,66	6,04%
14	2036	1.465.788,35	16,18%	2.019.829,03	22,29%	554.040,68	6,12%
15	2037	1.494.049,91	16,33%	2.060.439,42	22,52%	566.389,52	6,19%
16	2038	1.522.856,37	16,48%	2.101.866,33	22,74%	579.009,96	6,26%
17	2039	1.552.218,24	16,63%	2.144.126,15	22,97%	591.907,91	6,34%
18	2040	1.582.146,23	16,78%	2.187.235,65	23,20%	605.089,42	6,42%
19	2041	1.612.651,26	16,94%	2.231.211,90	23,43%	618.560,64	6,50%
20	2042	1.643.744,45	17,09%	2.276.072,33	23,67%	632.327,88	6,57%
21	2043	1.675.437,14	17,25%	2.321.834,71	23,90%	646.397,58	6,65%
22	2044	1.707.740,89	17,41%	2.368.517,19	24,14%	660.776,31	6,74%
23	2045	1.740.667,48	17,57%	2.416.138,26	24,38%	675.470,79	6,82%
24	2046	1.774.228,92	17,73%	2.464.716,80	24,63%	690.487,88	6,90%
25	2047	1.808.437,45	17,89%	2.514.272,04	24,87%	705.834,59	6,98%
26	2048	1.843.305,56	18,06%	2.564.823,64	25,12%	721.518,08	7,07%
27	2049	1.878.845,94	18,22%	2.616.391,62	25,37%	737.545,68	7,15%
28	2050	1.915.071,57	18,39%	2.668.996,42	25,63%	753.924,84	7,24%
29	2051	1.951.995,66	18,56%	2.722.658,88	25,88%	770.663,22	7,33%
30	2052	1.989.631,68	18,73%	2.777.400,27	26,14%	787.768,59	7,42%
31	2053	2.027.993,35	18,90%	2.833.242,29	26,41%	805.248,94	7,50%
32	2054	2.067.094,66	19,07%	2.890.207,06	26,67%	823.112,40	7,60%
33	2055	2.106.949,88	19,25%	2.948.317,15	26,94%	841.367,27	7,69%
34	2056	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
35	2057	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

*Custo Suplementar

3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS CINCO ANOS E O ANO CORRENTE

Para averiguação do impacto do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização) sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os cinco últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos cinco anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização), respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Cinco anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

APIACÁS-MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.880.353,37	0,00
Pessoal Ativo	13.817.379,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	62.974,08	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.880.353,37	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.653.184,98	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	28.653.184,98	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	13.880.353,37	48,44%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.472.719,89	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.699.083,89	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.925.447,90	48,60%

APIACÁS-MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2019

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.026.340,73	0,00
Pessoal Ativo	15.121.204,61	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	905.136,12	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.026.340,73	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.432.454,06	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	34.432.454,06	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	16.026.340,73	46,54%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.593.525,19	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.663.848,93	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.734.172,67	48,60%

APIACÁS-MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.309.153,30	0,00
Pessoal Ativo	15.908.437,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.906,24	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.373.810,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.309.153,30	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.271.992,29	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	41.271.992,29	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	17.309.153,30	41,94%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.286.875,84	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	21.172.532,04	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.058.188,25	48,60%

APIACÁS-MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2021

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.110.630,22	0,00
Pessoal Ativo	17.976.654,26	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.335,96	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.105.640,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.110.630,22	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.885.380,81	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	52.885.380,81	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	20.110.630,22	38,03%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.558.105,64	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.130.200,36	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.702.295,07	48,60%

APIACÁS-MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2022

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.898.131,78	0,00
Pessoal Ativo	23.097.542,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.388.479,49	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.412.110,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.028.207,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	242.900,21	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	428.049,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.357.258,37	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.869.924,20	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.685.426,95	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	63.685.426,95	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	24.869.924,20	39,05%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	34.390.130,55	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.670.624,03	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	30.951.117,50	48,60%

3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Cinco anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

APIACÁS-MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	775.003,10	0,00
Pessoal Ativo	775.003,10	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	775.003,10	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.653.250,87	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	28.653.250,87	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	775.003,10	2,70%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.719.195,05	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.633.235,30	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.547.275,55	5,40%

APIACÁS-MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2019

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	787.484,95	0,00
Pessoal Ativo	787.484,95	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	787.484,95	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.432.404,06	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	34.432.404,06	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	787.484,95	2,29%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.065.944,24	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.962.647,03	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.859.349,82	5,40%

APIACÁS-MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	859.316,49	0,00
Pessoal Ativo	859.316,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	859.316,49	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.271.992,29	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	41.271.992,29	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	859.316,49	2,08%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.476.319,54	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.352.503,56	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.228.687,58	5,40%

APIACÁS-MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2021

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	845.067,46	0,00
Pessoal Ativo	845.067,46	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	845.067,46	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.885.380,81	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	52.885.380,81	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	845.067,46	1,60%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.173.122,85	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.014.466,71	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.855.810,56	5,40%

APIACÁS-MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2022

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	949.521,40	0,00
Pessoal Ativo	949.521,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	949.521,40	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.685.426,95	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	63.685.426,95	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	949.521,40	1,49%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.821.125,62	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.630.069,34	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.439.013,06	5,40%

4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2018	13.880.353,37	28.653.184,98	48,44%
2019	16.026.340,73	34.432.454,06	46,54%
2020	17.309.153,30	41.271.992,29	41,94%
2021	20.110.630,22	52.885.380,81	38,03%
2022	24.869.924,20	63.685.426,95	39,05%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2018	775.003,10	28.653.250,87	2,70%
2019	787.484,95	34.432.404,06	2,29%
2020	859.316,49	41.271.992,29	2,08%
2021	845.067,46	52.885.380,81	1,60%
2022	949.521,40	63.685.426,95	1,49%

4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 5 anos, considerando 2022 a 2018, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente cresceu R\$ 35.032.241,97 equivalente a 122,26%.

De um ano para o outro, entre 2022 a 2021, essa mesma despesa cresceu R\$ 10.800.046,14, equivalente a 20,42%.

4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 5 anos, considerando 2022 a 2018, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 10.989.570,83 equivalente a 63,49%.

De um ano para o outro, entre 2022 a 2021, essa mesma despesa cresceu R\$ 4.759.293,98, equivalente a 23,67%.

4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 5 anos, considerando 2022 a 2018, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 174.518,30 equivalente a 22,52%.

De um ano para o outro, entre 2022 a 2021, essa mesma despesa cresceu R\$ 104.453,94, equivalente a 12,36%.

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial) da Reavaliação Atuarial/2023, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

***Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

Art. 12. *As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.*

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de DATA DO IPCA:, 2023, 2024 e 2025 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de APIACÁS-MT, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 13.01.2023, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2023	5,39%
2024	3,70%
2025	3,50%
2026	3,22%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2023, 2024, 2025 e 2026, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos cinco anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2023, 2024, 2025 e 2026, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2018	13.880.353,37	28.653.184,98	48,44%
2019	16.026.340,73	34.432.454,06	46,54%
2020	17.309.153,30	41.271.992,29	41,94%
2021	20.110.630,22	52.885.380,81	38,03%
2022	24.869.924,20	63.685.426,95	39,05%
2023	23.905.404,01	61.479.127,81	38,88%
2024	25.251.148,06	65.777.457,30	38,39%
2025	26.639.466,49	69.444.187,97	38,36%
2026	27.477.465,46	71.070.857,51	38,66%

2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2018	775.003,10	28.653.250,87	2,70%
2019	787.484,95	34.432.404,06	2,29%
2020	859.316,49	41.271.992,29	2,08%
2021	845.067,46	52.885.380,81	1,60%
2022	949.521,40	63.685.426,95	1,49%
2023	961.980,15	61.479.127,81	1,56%
2024	989.742,30	65.777.457,30	1,50%
2025	1.020.418,40	69.444.187,97	1,47%
2026	1.052.583,66	71.070.857,51	1,48%

6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUIDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL), AGREGADO AS DESPESAS TOTAL COM PESSOAL E COMPARADO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial), proposto na Reavaliação Atuarial/2023, incluíremos nos valores projetados das DESPESAS TOTAL COM PESSOAL, a elevação do Custo Normal e do Custo Suplementar (para amortização do Déficit Atuarial), separado pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Conforme mencionado neste Estudo, como não tivemos elevação do Custo Normal do Ente Federativo, o mesmo não irá impactar os Limites de Gastos de Pessoal.

1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes									
	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Variação do Custo Normal do Ente *	Variação do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	DTP LRF.Cs / RCL	DTP LRF.Aporte / RCL
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (1)+(2)	(6)	(7) = (1)/(6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
2023	23.905.404,01	-	-	23.905.404,01	23.905.404,01	61.479.127,81	38,88%	38,88%	38,88%
2024	25.251.148,06	-	-	25.251.148,06	25.251.148,06	65.777.457,30	38,39%	38,39%	38,39%
2025	26.639.466,49	-	424.901,80	27.064.368,29	26.639.466,49	69.444.187,97	38,36%	38,97%	38,36%

* Conforme demonstrado na página 6 deste Estudo, não tivemos elevação do Custo Normal na Reavaliação Atuarial/2023.

2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes									
	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Variação do Custo Normal do Ente*	Variação do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	DTP LRF.Cs / RCL	DTP LRF.Aporte / RCL
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (1)+(2)	(6)	(7) = (1)/(6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
2023	961.980,15	-	-	961.980,15	961.980,15	61.479.127,81	1,56%	1,56%	1,56%
2024	989.742,30	-	-	989.742,30	989.742,30	65.777.457,30	1,50%	1,50%	1,50%
2025	1.020.418,40	-	9.656,86	1.030.075,26	1.020.418,40	69.444.187,97	1,47%	1,48%	1,47%

* Conforme demonstrado na página 6 deste Estudo, não tivemos elevação do Custo Normal na Reavaliação Atuarial/2023.

6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2023, apresentaremos o impacto da Despesa Total com Pessoal, agregado aos valores de elevação do Plano de Custeio, sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit nos próximos 33 anos.

Entre 2023 a 2026 o percentual de crescimento leva em consideração o crescimento e a variação dos últimos 5 anos, por isso, temos uma variação dos crescimentos visando refletir a realidade. A partir do ano de 2027, o índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS será fixo, refletindo a variação acumulada de crescimento entre os anos de 2023 a 2026, demonstrados na tabela abaixo.

TAXAS DE CRESCIMENTOS UTILIZADAS PARA PROJEÇÃO DA DTP E RCL

	Poder Executivo	Poder Legislativo	Ente Federativo
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)
2023	-3,88%	1,31%	-3,46%
2024	5,63%	2,89%	6,99%
2025	5,50%	3,10%	5,57%
2026	3,15%	3,15%	2,34%
2027 em diante.	7,42%	6,21%	6,52%

PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO Da Porcentagem das Despesas Total com Pessoal + Plano de Custeio (incluso Plano de Amortização do Déficit Atuarial) em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF										
Período	Ano	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
		Despesa Total com Pessoal	Variação do Custo Normal do Ente	Variação do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	DTP / RCL	DTP + CS / RCL	DTP + APORTE / RCL
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5) = (1) + (2)	(6)	(7) = (1) / (6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
1	2023	23.905.404,01	0,00	0,00	23.905.404,01	23.905.404,01	61.479.127,81	38,88%	38,88%	38,88%
2	2024	25.251.148,06	0,00	0,00	25.251.148,06	25.251.148,06	65.777.457,30	38,39%	38,39%	38,39%
3	2025	26.639.466,49	0,00	424.901,80	27.064.368,29	26.639.466,49	69.444.187,97	38,36%	38,97%	38,36%
4	2026	27.477.465,46	0,00	434.403,27	27.911.868,73	27.477.465,46	71.070.857,51	38,66%	39,27%	38,66%
5	2027	29.516.044,54	0,00	444.114,25	29.960.158,79	29.516.044,54	75.706.383,99	38,99%	39,57%	38,99%
6	2028	31.705.867,72	0,00	454.039,31	32.159.907,04	31.705.867,72	80.644.258,11	39,32%	39,88%	39,32%
7	2029	34.058.155,95	0,00	464.183,13	34.522.339,08	34.058.155,95	85.904.200,19	39,65%	40,19%	39,65%
8	2030	36.584.962,67	0,00	474.550,46	37.059.513,13	36.584.962,67	91.507.216,80	39,98%	40,50%	39,98%
9	2031	39.299.235,56	0,00	485.146,19	39.784.381,75	39.299.235,56	97.475.684,63	40,32%	40,81%	40,32%
10	2032	42.214.882,91	0,00	495.975,28	42.710.858,19	42.214.882,91	103.833.439,88	40,66%	41,13%	40,66%
11	2033	45.346.844,89	0,00	507.042,82	45.853.887,72	45.346.844,89	110.605.873,44	41,00%	41,46%	41,00%
12	2034	48.711.170,09	0,00	518.354,01	49.229.524,10	48.711.170,09	117.820.032,28	41,34%	41,78%	41,34%
13	2035	52.325.097,74	0,00	529.914,15	52.855.011,90	52.325.097,74	125.504.727,51	41,69%	42,11%	41,69%
14	2036	56.207.146,10	0,00	541.728,66	56.748.874,76	56.207.146,10	133.690.649,40	42,04%	42,45%	42,04%
15	2037	60.377.207,28	0,00	553.803,09	60.931.010,37	60.377.207,28	142.410.489,95	42,40%	42,79%	42,40%
16	2038	64.856.649,24	0,00	566.143,07	65.422.792,31	64.856.649,24	151.699.073,50	42,75%	43,13%	42,75%
17	2039	69.668.425,22	0,00	578.754,41	70.247.179,63	69.668.425,22	161.593.495,73	43,11%	43,47%	43,11%
18	2040	74.837.191,40	0,00	591.642,99	75.428.834,39	74.837.191,40	172.133.271,87	43,48%	43,82%	43,48%
19	2041	80.389.433,22	0,00	604.814,85	80.994.248,07	80.389.433,22	183.360.494,51	43,84%	44,17%	43,84%
20	2042	86.353.601,10	0,00	618.276,15	86.971.877,25	86.353.601,10	195.320.001,65	44,21%	44,53%	44,21%
21	2043	92.760.256,22	0,00	632.033,19	93.392.289,40	92.760.256,22	208.059.555,83	44,58%	44,89%	44,58%
22	2044	99.642.227,12	0,00	646.092,39	100.288.319,51	99.642.227,12	221.630.034,86	44,96%	45,25%	44,96%
23	2045	107.034.777,93	0,00	660.460,32	107.695.238,26	107.034.777,93	236.085.634,97	45,34%	45,62%	45,34%
24	2046	114.975.789,07	0,00	675.143,70	115.650.932,77	114.975.789,07	251.484.087,32	45,72%	45,99%	45,72%
25	2047	123.505.951,31	0,00	690.149,38	124.196.100,68	123.505.951,31	267.886.888,51	46,10%	46,36%	46,10%
26	2048	132.668.974,33	0,00	705.484,35	133.374.458,68	132.668.974,33	285.359.546,21	46,49%	46,74%	46,49%
27	2049	142.511.810,67	0,00	721.155,77	143.232.966,44	142.511.810,67	303.971.840,76	46,88%	47,12%	46,88%
28	2050	153.084.896,32	0,00	737.170,96	153.822.067,28	153.084.896,32	323.798.103,83	47,28%	47,51%	47,28%
29	2051	164.442.409,17	0,00	753.537,37	165.195.946,54	164.442.409,17	344.917.515,32	47,68%	47,89%	47,68%
30	2052	176.642.546,62	0,00	770.262,62	177.412.809,24	176.642.546,62	367.414.419,57	48,08%	48,29%	48,08%
31	2053	189.747.823,77	0,00	787.354,52	190.535.178,28	189.747.823,77	391.378.662,18	48,48%	48,68%	48,48%
32	2054	203.825.393,79	0,00	804.821,01	204.630.214,79	203.825.393,79	416.905.948,84	48,89%	49,08%	48,89%
33*	2055	218.947.392,00	0,00	822.670,22	219.770.062,23	218.947.392,00	444.098.227,56	49,30%	49,49%	49,30%
34	2056	235.191.305,53	0,00	0,00	235.191.305,53	235.191.305,53	473.064.095,80	49,72%	49,72%	49,72%
35	2057	252.640.370,33	0,00	0,00	252.640.370,33	252.640.370,33	503.919.234,19	50,14%	50,14%	50,14%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2023

PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO Da Porcentagem das Despesas Total com Pessoal + Plano de Custeio (incluso Plano de Amortização do Déficit Atuarial) em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF										
Período	Ano	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
		Despesa Total com Pessoal	Variação do Custo Normal do Ente	Variação do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	DTP / RCL	DTP + CS / RCL	DTP + APORTE / RCL
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5) = (1) + (2)	(6)	(7) = (1) / (6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
1	2023	961.980,15	0,00	0,00	961.980,15	961.980,15	61.479.127,81	1,56%	1,56%	1,56%
2	2024	989.742,30	0,00	0,00	989.742,30	989.742,30	65.777.457,30	1,50%	1,50%	1,50%
3	2025	1.020.418,40	0,00	9.656,86	1.030.075,26	1.020.418,40	69.444.187,97	1,47%	1,48%	1,47%
4	2026	1.052.583,66	0,00	9.872,80	1.062.456,46	1.052.583,66	71.070.857,51	1,48%	1,49%	1,48%
5	2027	1.117.931,21	0,00	10.093,51	1.128.024,71	1.117.931,21	75.706.383,99	1,48%	1,49%	1,48%
6	2028	1.187.335,73	0,00	10.319,08	1.197.654,81	1.187.335,73	80.644.258,11	1,47%	1,49%	1,47%
7	2029	1.261.049,09	0,00	10.549,62	1.271.598,71	1.261.049,09	85.904.200,19	1,47%	1,48%	1,47%
8	2030	1.339.338,80	0,00	10.785,24	1.350.124,04	1.339.338,80	91.507.216,80	1,46%	1,48%	1,46%
9	2031	1.422.488,97	0,00	11.026,05	1.433.515,02	1.422.488,97	97.475.684,63	1,46%	1,47%	1,46%
10	2032	1.510.801,35	0,00	11.272,17	1.522.073,52	1.510.801,35	103.833.439,88	1,46%	1,47%	1,46%
11	2033	1.604.596,43	0,00	11.523,70	1.616.120,13	1.604.596,43	110.605.873,44	1,45%	1,46%	1,45%
12	2034	1.704.214,59	0,00	11.780,77	1.715.995,36	1.704.214,59	117.820.032,28	1,45%	1,46%	1,45%
13	2035	1.810.017,34	0,00	12.043,50	1.822.060,85	1.810.017,34	125.504.727,51	1,44%	1,45%	1,44%
14	2036	1.922.388,65	0,00	12.312,02	1.934.700,66	1.922.388,65	133.690.649,40	1,44%	1,45%	1,44%
15	2037	2.041.736,30	0,00	12.586,43	2.054.322,73	2.041.736,30	142.410.489,95	1,43%	1,44%	1,43%
16	2038	2.168.493,41	0,00	12.866,89	2.181.360,30	2.168.493,41	151.699.073,50	1,43%	1,44%	1,43%
17	2039	2.303.119,98	0,00	13.153,51	2.316.273,49	2.303.119,98	161.593.495,73	1,43%	1,43%	1,43%
18	2040	2.446.104,58	0,00	13.446,43	2.459.551,01	2.446.104,58	172.133.271,87	1,42%	1,43%	1,42%
19	2041	2.597.966,09	0,00	13.745,79	2.611.711,88	2.597.966,09	183.360.494,51	1,42%	1,42%	1,42%
20	2042	2.759.255,61	0,00	14.051,73	2.773.307,34	2.759.255,61	195.320.001,65	1,41%	1,42%	1,41%
21	2043	2.930.558,47	0,00	14.364,39	2.944.922,87	2.930.558,47	208.059.555,83	1,41%	1,42%	1,41%
22	2044	3.112.496,33	0,00	14.683,92	3.127.180,25	3.112.496,33	221.630.034,86	1,40%	1,41%	1,40%
23	2045	3.305.729,44	0,00	15.010,46	3.320.739,90	3.305.729,44	236.085.634,97	1,40%	1,41%	1,40%
24	2046	3.510.959,04	0,00	15.344,18	3.526.303,21	3.510.959,04	251.484.087,32	1,40%	1,40%	1,40%
25	2047	3.728.929,90	0,00	15.685,21	3.744.615,11	3.728.929,90	267.886.888,51	1,39%	1,40%	1,39%
26	2048	3.960.433,05	0,00	16.033,74	3.976.466,79	3.960.433,05	285.359.546,21	1,39%	1,39%	1,39%
27	2049	4.206.308,61	0,00	16.389,90	4.222.698,52	4.206.308,61	303.971.840,76	1,38%	1,39%	1,38%
28	2050	4.467.448,86	0,00	16.753,89	4.484.202,75	4.467.448,86	323.798.103,83	1,38%	1,38%	1,38%
29	2051	4.744.801,49	0,00	17.125,85	4.761.927,34	4.744.801,49	344.917.515,32	1,38%	1,38%	1,38%
30	2052	5.039.372,99	0,00	17.505,97	5.056.878,96	5.039.372,99	367.414.419,57	1,37%	1,38%	1,37%
31	2053	5.352.232,38	0,00	17.894,42	5.370.126,80	5.352.232,38	391.378.662,18	1,37%	1,37%	1,37%
32	2054	5.684.515,01	0,00	18.291,39	5.702.806,40	5.684.515,01	416.905.948,84	1,36%	1,37%	1,36%
33*	2055	6.037.426,75	0,00	18.697,05	6.056.123,80	6.037.426,75	444.098.227,56	1,36%	1,36%	1,36%
34	2056	6.412.248,31	0,00	0,00	6.412.248,31	6.412.248,31	473.064.095,80	1,36%	1,36%	1,36%
35	2057	6.810.339,91	0,00	0,00	6.810.339,91	6.810.339,91	503.919.234,19	1,35%	1,35%	1,35%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2023

7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF

Baseado nas informações dos últimos 5 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2023, uma RCL de R\$ 61.479.127,81. Se o comportamento das Receitas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da RCL de 6,99% em 2024, 5,57% em 2025 e 2,34% em 2026. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 65.777.457,30, R\$ 69.444.187,97 e R\$ 71.070.857,51, respectivamente.

7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo

Com relação as informações dos últimos 5 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2023, uma DTP de R\$ 23.905.404,01. Se o comportamento das Despesas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 5,63% em 2024, 5,50% em 2025 e 3,15% em 2026. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 25.251.148,06, R\$ 26.639.466,49 e R\$ 27.477.465,46, respectivamente.

Como não tivemos elevação do Custo Normal do Ente Federativo e tivemos elevação das Prestações Anuais do Plano de Amortização, o Plano de Custeio irá impactar na Despesa Total de Pessoal do Poder Executivo.

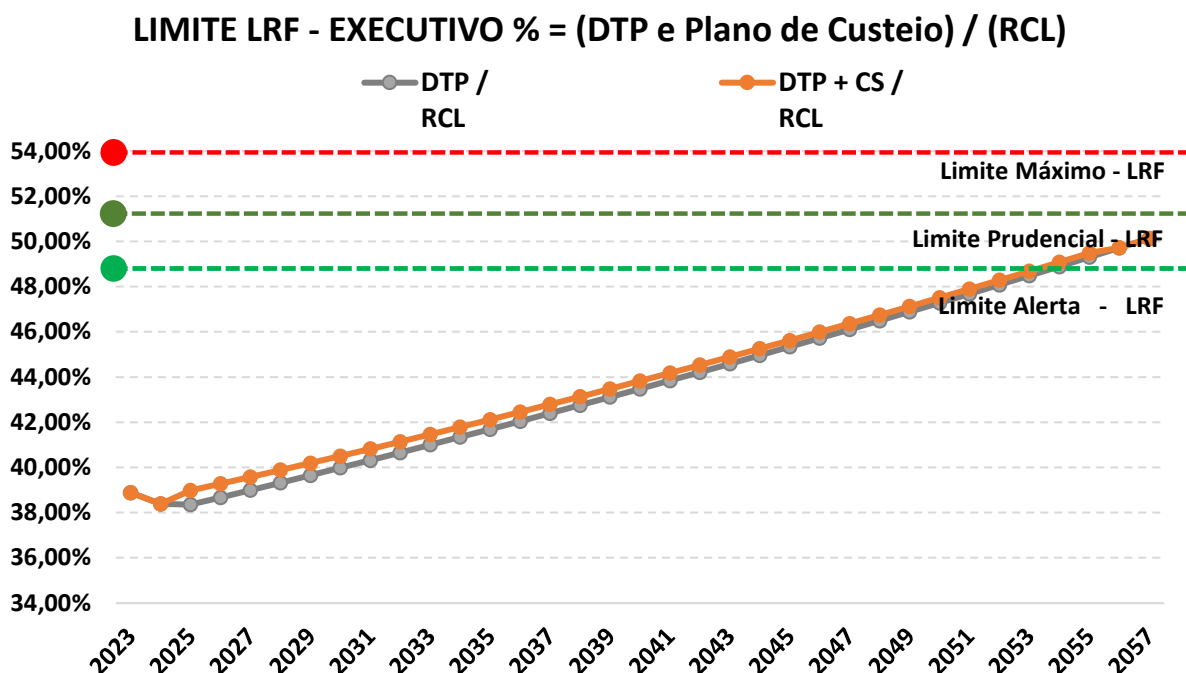
7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

Com relação as informações dos últimos 5 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2023, uma DTP de R\$ 961.980,15. Se o comportamento das Despesas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 2,89% em 2024, 3,10% em 2025 e 3,15% em 2026. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 989.742,30, R\$ 1.020.418,40 e R\$ 1.052.583,66, respectivamente.

Como não tivemos elevação do Custo Normal do Ente Federativo e tivemos elevação das Prestações Anuais do Plano de Amortização, o Plano de Custeio irá impactar na Despesa Total de Pessoal do Poder Legislativo.

7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 ANOS

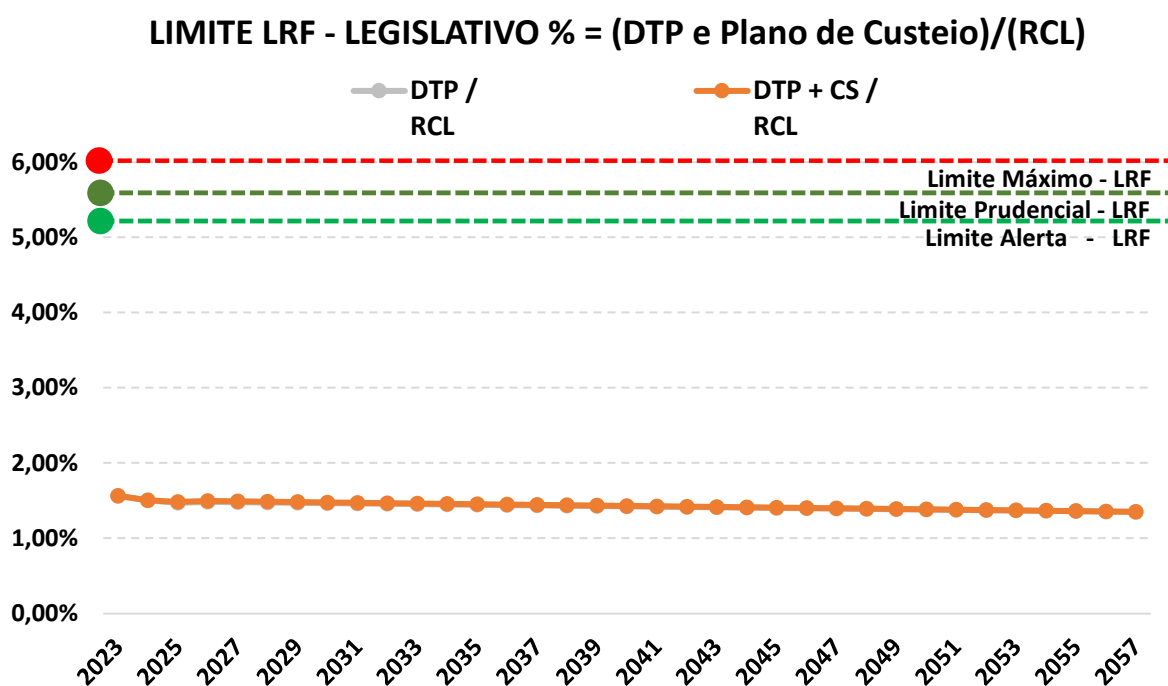
7.3.1 - Limite LRF - Poder Executivo



Atualmente, considerando o Plano de Custeio Vigente, o Poder Executivo encontra-se abaixo do Limite de Alerta estabelecido pela LRF (DTP/RCL = 38,88%). Se considerarmos o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2023, a alteração do Plano de Amortização elevará o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida em 38,97% (DTP LRF.Cs/RCL) no ano de 2025, permanecendo abaixo do Limite de Alerta. Conforme o gráfico acima, essa elevação do Plano de Custeio não irá ultrapassar o Limite Prudencial nos próximos 35 anos.

Portanto, o Estudo de VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e da DESPESA TOTAL COM PESSOAL acrescida da variação do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização) da Reavaliação Atuarial/2023, com data focal em 31/12/2022, mostra que o Poder Executivo é capaz de suportar o plano proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso II, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o artigo 20 da Lei Complementar 101/2000.

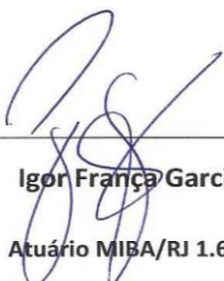
7.3.2 - Limite LRF - Poder Legislativo



Atualmente, considerando o Plano de Custeio Vigente, o Poder Legislativo encontra-se abaixo do Limite de Alerta estabelecido pela LRF (DTP/RCL = 1,56%). Se considerarmos o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2023, a elevação do Plano de Amortização reduzirá o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida em 1,48% (DTP LRF.Cs/RCL) no ano de 2025, abaixo do Limite de Alerta. Conforme o gráfico acima, essa elevação do Plano de Custeio não irá ultrapassar o Limite de alerta nos próximos 35 anos.

Portanto, o Estudo de VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e da DESPESA TOTAL COM PESSOAL acrescida da variação do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização) da Reavaliação Atuarial/2023, com data focal em 31/12/2022, mostra que o Poder Legislativo é capaz de suportar o plano proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso II, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o artigo 20 da Lei Complementar 101/2000.

É o parecer.



Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM